



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO**

CEP 83.980-000 – Rua Gasparina Simas Miléo, 269

**INSTALADA EM 24/10/1961**  
**ESTADO DO PARANÁ**

## **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

### **1. - RELATÓRIO:**

O Presidente da Câmara Municipal encaminhou para análise dessa comissão o Projeto de Lei nº 14/2022, de autoria do Poder Legislativo, que *“Autoriza a instituição do dia municipal em homenagem e gratidão aos profissionais de saúde que atuaram na linha de frente contra a COVID19 e dá outras providências.”*

O Projeto de Lei foi devidamente encaminhado a Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final, consoante determinação do art. 99 *caput* e §3º do Regimento Interno, que exigem desta Comissão a manifestação acerca dos aspectos constitucionais e legais e bem como acerca do mérito da proposição.

É o relatório.

### **2. - VOTO DO RELATOR:**

O PL em tela busca instituir no Município dia municipal em homenagem aos profissionais da saúde que atuaram diretamente no enfrentamento da COVID19 no Município de Antonio Olinto/PR, a ser celebrado no dia 12 de maio de cada ano, mesmo dia em que é comemorado o dia mundial da saúde, de modo que referida data seja incluída no calendário oficial do município.

A Lei Orgânica Municipal estabelece a competência do município para legislar frente a diversas situações, dentre elas, está prevista a competência para legislar sobre assuntos de interesse local, senão vejamos:

*“Art. 13º. Compete privativamente ao Município:*

*I – legislar sobre assuntos de seu peculiar interesse;” (...)*

*“Art. 15. Compete a Câmara, com sanção do Prefeito, legislar sobre matérias de competência do Município, complementando, inclusive, a legislação federal e estadual, especialmente no que se refere ao seguinte:*

*I – assuntos de interesse local, notadamente no que diz respeito: (...)*

*o) às políticas públicas do Município;” (...)*

Vislumbra-se que o PL em apreço tem a intenção de inserir no ordenamento jurídico local, norma que institui a o dia Municipal em homenagem e gratidão aos profissionais da saúde, como forma de valorização destes servidores que foram responsáveis pela superação da COVID19.

Destarte, entende-se que foi atendido o requisito material para aprovação do PL em tela, haja vista se tratar de assunto de interesse local que busca instituir política pública de valorização da categoria da saúde.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ANTONIO OLINTO**

CEP 83.980-000 – Rua Gasparina Simas Miléo, 269

**INSTALADA EM 24/10/1961**  
**ESTADO DO PARANÁ**

Noutro vértice, no aspecto formal, a matéria do PL não se trata de iniciativa privativa do prefeito (art. 26 da LOM), tendo em vista o rol ser taxativo e, por este motivo, não permitir interpretação extensiva.

Cumpre salientar ainda que, *a priori*, o PL em estudo, não prevê aumento de despesas para o Executivo, de modo que as ações a serem implementadas porão ser feitas através dos recursos já existentes, sendo que em caso de insuficiência, com as formalidades de praxe, poderá haver suplementação orçamentária.

Consoante o exposto, entende-se ser inexistente vício de iniciativa capaz de macular a eventual aprovação do projeto, restando, portanto, por seu turno cumprido o requisito formal.

Assim, tenho que o projeto de Lei Ordinária nº 14/2022, de autoria do Poder Legislativo reveste de boa forma constitucional, legal e de boa técnica legislativa, razão pela qual opino favoravelmente à tramitação.

Ademais, toda a estrutura do projeto obedece aos ditames da Lei Complementar nº 95/98.

Apesar disso, reservo-me o direito de emanar minha posição quanto ao mérito da proposição, assim entendidas a colocação do assunto sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade, de acordo com o art. 99, §3º do RI, no momento da apreciação em plenário.

### **3. - PARECER DA COMISSÃO:**

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, por unanimidade, vota no sentido de que o PL 14/2022, de autoria do Poder Legislativo, está revestido de manifesta constitucionalidade e legalidade e, que, portanto, encontra-se dentro das condições técnicas exigidas pela legislação, estando aptos a serem submetidos à apreciação do Plenário desta casa de Leis, nos termos do voto do Relator.

Antonio Olinto, 26 de abril de 2023.

**RICARDO WISNIESKI ALVES**  
**RELATOR**

Com o Relator:

**GILCIANO MOREIRA**  
**PRESIDENTE**

**MARINALDO SCHIMITH LEMES**  
**MEMBRO**